

AJ11.131

Brasília, 18 anos, o fim de uma ilusão urbanística

Da sucursal de
BRASÍLIA

Dezoito anos após a sua inauguração, Brasília é uma cidade definitivamente consolidada em termos políticos e administrativos, funções para as quais foi originariamente criada. Isso não impede, porém, que ela enfrente problemas em função principalmente do fluxo migratório e do crescimento excessivo da Capital Federal.

Anualmente, quase 25 mil pessoas continuam chegando a Brasília, sem que os problemas provocados pelos milhares de migrantes que vieram para construir a cidade e não voltaram, como se previa, tenham sido resolvidos. A população, prevista originalmente em torno dos 500 mil habitantes, já ultrapassa os 800 mil e em breve — alguns asseguram que atualmente — atingirá um milhão de habitantes.

Esse problema e toda a revisão da infra-estrutura que ele está exigindo preocupa especialmente a Presidência da República, que teme a transformação de Brasília em mais uma tumultuada metrópole. O governo do Distrito Federal também se mostra preocupado, mas as soluções sugeridas por ambos são conflitantes, deixando aparecer nitidamente a preocupação do governo federal de impedir que a administração local execute os projetos que idealizou.

Enquanto o governo federal entende que o projeto original deve ser respeitado e as funções administrativas e políticas para as quais a cidade foi criada preservadas a qualquer custo, o governo do DF acha que o crescimento de Brasília gerou novas necessidades que, embora contrariando o plano de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, precisam ser supridas. Algumas das idéias da administração referem-se à

implantação de novas cidades-satélites e a criação de um distrito industrial, para aproximadamente 1.500 indústrias, próximo ao plano piloto, capaz de oferecer trabalho a mais de 40 mil pessoas que atualmente dependem da construção civil e que serão dispensadas à medida que as obras forem concluídas.

Existe uma terceira proposta do próprio Niemeyer para que o projeto original seja harmonizado com as necessidades de expansão e conforto da cidade, mas, segundo os técnicos, ela ainda não foi devidamente considerada pelas autoridades envolvidas no problema.

Em uma coisa, porém, os governos federal e do DF concordam: o crescimento excessivo da cidade — inferior aos 15% verificados na década de 60, mas ainda assim elevado nos seus 8% — é o principal responsável pelo agravamento dos problemas urbanos. A situação mais séria parece ser a da habitação, pois mais de um terço da população total, ou seja, 350 mil pessoas, não tem onde morar. Além disso, o problema dos transportes também é grave: até julho de 1977, Brasília dispunha de pouco mais de 1.200 ônibus e 3.242 táxis.

No setor de atendimento hospitalar, apesar de existirem seis leitos para cada mil habitantes — o dobro do recomendado pela Organização Mundial de Saúde —, um paciente espera pelo menos dois dias na fila para ser atendido. Para atender todos seus habitantes, Brasília tem 1.380 médicos, trabalhando nos oito hospitais da rede oficial e 14 clínicas particulares, e apenas 261 enfermeiras e 45 farmacêuticos.

Mais de 200 mil pessoas dependem da renda gerada pelo setor da construção civil de Brasília, que emprega 17% da população economicamente ativa (é

a terceira maior fonte de empregos, superada apenas pelo setor da prestação de serviços (24%) e pela administração pública (19%). O presidente da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), Gilberto Sobral, afirma que a conclusão do grosso das construções vai liberar a maior parte da mão-de-obra empregada na construção civil. Assim, segundo ele, é preciso que se pense, desde já, numa forma de absorver os trabalhadores, pois todos sabem que eles não retornarão a seus Estados de origem e que novos imigrantes continuarão a chegar.

O governo do Distrito Federal acredita que a solução seria a implantação, na cidade-satélite de Ceilândia, de um distrito industrial que pudesse abrigar cerca de 964 empresas pequenas, 520 médias e 304 grandes, resolvendo não apenas o problema do emprego da mão-de-obra mas também o da grande dependência de produtos como alimentos e vestuários, que a cidade é obrigada a importar em sua quase totalidade.

O governo federal, porém, não concorda com isso. "A industrialização é válida para aumentar a produção, mas não como política de emprego". Essa tese é de setores técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, que afirmam que, "para cada emprego criado, seriam atraídas duas ou três pessoas, num processo que se ampliaria cada vez mais, como se fosse uma bola de neve".

Mas a maior queixa do governo federal é sobre a insistência dos administradores de Brasília em investir em obras monumentais e inúteis. Agora mesmo, com o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEF), será construída uma piscina com ondas, "obra inteiramente desnecessária", ressaltam os técnicos da Seplan.